



Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais

ASSUNTO:

Parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 109/XV/1.ª (PCP) - Revoga o regime de atribuição de “Vistos Gold” - autorização de residência para atividade de investimento (9.ª alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho que define as condições de entrada, permanência, saída e afastamento do território nacional)

1. Objeto:

Pelo Excelentíssimo Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, foi remetido ao Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (CSTAF) o Projeto de Lei n.º 109/XV/1.ª (PCP), *supra* identificado, para efeitos de emissão de parecer escrito.

2. Apreciação:

Em análise encontra-se Projeto de Lei, que visa a alteração da redação da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho que define as condições de entrada, permanência, saída e afastamento do território nacional, especificamente visa revogar o regime de atribuição de autorização de residência para atividade de investimento.

3. Conclusão:

Em virtude de o referido Projeto de Lei consubstanciar uma opção de política legislativa, este Conselho Superior não emite parecer sobre esta iniciativa legislativa.